

## A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL INTELECTUAL NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

José Luiz dos Santos\*

Paulo Schmidt\*\*

Luciane Alves Fernandes\*\*\*

Paulo Roberto Pinheiro\*\*\*\*

Masayuki Nakagawa\*\*\*\*\*

**Sinopse:** Ao se analisar o desenvolvimento do processo de globalização da economia, nota-se uma clara evidência de uma transição para uma sociedade sustentada no conhecimento. Emerge desse processo um novo conceito de administração, denominado Capital Intelectual. A aceitação do conhecimento como recurso econômico gera um problema que é o de mensurar esse ativo, como valorizar o ser humano e, mais do que isso, como retê-lo na entidade, pois esse valor será parte integrante da geração de benefícios futuros, que alterarão o patrimônio das entidades. Este artigo tem como objetivo contribuir para a evidenciação da definição, natureza e mensuração do capital intelectual. Constatou-se que o tratamento contábil do Goodwill continua a ser um assunto significativo e controvertido, por isso a contabilização de intangíveis, em especial o Goodwill, provavelmente será um assunto cuja importância aumentará com o passar dos anos, sendo necessárias novas pesquisas e experimentações com o objetivo de solucionar os problemas e dificuldades que estão surgindo em função dos novos tempos.

**Palavras-chave:** Capital Intelectual. Ativo Intangível. Sociedade do Conhecimento.

---

\* Doutor em Economia pelo PPGE/UFRGS. Professor da Faculdade São Francisco de Assis – Unifin. (joseluiz@grupointegral.com.br).

\*\* Doutor em Controladoria pela FEA/USP. Professor da Universidade Federal do Rio Grande dos Sul. (pschmidt@ufrgs.br).

\*\*\* Doutora pelo CEPAN/UFRGS. Professora da Faculdade São Francisco de Assis – UNIFIN. (lucianef@grupointegral.com.br).

\*\*\*\* Doutor em Agronegócio pela UFRGS. Professor da Unifin. (p.pinheiro@unifin.com.br).

\*\*\*\*\* Doutor em Contabilidade pela USP. Professor de Pós-Graduação da Unifin. (nakagawa@usp.br).

## 1 INTRODUÇÃO

As mudanças na economia mundial vivenciadas nas últimas décadas, que culminaram com a globalização da economia, vêm sendo retratadas por muitos autores, estudiosos do assunto, como um período de transição de uma sociedade industrial para uma sociedade do conhecimento, em que recursos econômicos utilizados (terra, capital e trabalho) juntam-se ao conhecimento racional de sua utilização, alterando principalmente a estrutura econômica das nações e, sobretudo, a forma de atribuir valores ao ser humano, único detentor do conhecimento.

A Contabilidade tradicional trata da mensuração de diversos ativos (recursos econômicos) disponíveis na empresa, por meio da evidenciação de seus componentes monetários em seus relatórios contábeis. Porém, cada vez mais se distancia do valor real, ou seja, do que o Mercado aceita pagar pela empresa.

Esse breve estudo pretende, resumidamente, demonstrar que a diferença entre o valor de mercado e o valor contábil reside no Capital Humano, adquirido ou desenvolvido pela empresa, que é ignorado pelos registros e evidenciações da Contabilidade tradicional. Portanto, abordam-se alguns aspectos conceituais de Capital Intelectual, da sociedade sustentada no conhecimento, da evolução da estrutura das organizações nessa sociedade e dos impactos na Contabilidade. Além disso, apresentam-se breves conceitos de ativo e de Goodwill e traçam-se comparativos com o Capital Intelectual.

## 2 A SOCIEDADE SUSTENTADA NO CONHECIMENTO

Antes de contextualizar as características da Sociedade Baseada no Conhecimento, é necessária uma breve abordagem sobre o entendimento de Conhecimento para a Sociedade.

Entre os vários conceitos desenvolvidos por filósofos, tais como Aristóteles e Sócrates, julga-se importante ressaltar a divisão do Conhecimento, feita por Sócrates, em três áreas:

1) Teórico: aquele que se procura para si próprio; 2) Prático: aquele que se procura visando a ação; e 3) Produtivo: aquele que se procura para poder fazer, produzir ou criar algo. Citando como exemplo, respectivamente: Metafísica e Física; Ética e Política; Poesia e Retórica.

De um modo geral, a filosofia define Conhecimento como: “Ato mental, fundamentado na experiência sensível, pelo qual se formulam juízos verdadeiros e seguros a respeito de algum objeto ou realidade.” (GILEL,1993, p. 23 *apud* ANTUNES,1999, p. 15).

Quando definido por um dicionário, como, por exemplo, o Webster (2009), “Conhecimento são os fatos, verdades ou princípios adquiridos a partir de estudo ou investigação. Aprendizado prático de uma arte ou habilidade; a soma do que já é conhecido com o que ainda pode ser aprendido.”

Independente das maneiras de definição de conhecimento e o reconhecimento de suas utilidades serem variadas, segundo os filósofos; da contribuição que a teoria do conhecimento trouxe para o desenvolvimento científico, quer pela utilização do método indutivo ou dedutivo, a importância é de que, na Sociedade do Conhecimento, este precisa ser compreendido como uma extensão do conhecimento produtivo, que segundo Aristóteles produzir algo, principalmente, como aplicá-lo para tal fim.

Para dar transparência ao exposto, citam-se os conceitos desenvolvidos por Nonaka e Takeuchi (1997, p. 7), que fazem distinção de duas formas de conhecimento: Conhecimento Tácito e Conhecimento Explícito.

O Conhecimento Explícito simplificadaamente é o conhecimento contido nos livros, pode ser empregado como sinônimo de dados e informações. Em uma Organização, as informações são dados trabalhados que dão suporte ao administrador nas tomadas de decisões.

Já o Conhecimento Tácito abrange as habilidades desenvolvidas, conjugando o *know-how* adquirido somado as percepções, crenças e valores tomados como certos e que refletem na imagem como se vê a realidade, moldando a forma como se percebe e se lida com o mundo. É composto pelos conhecimentos adquiridos formalmente (educação e pesquisa acadêmica), mais as conclusões, *insights*, palpites, intuições, visão do mundo, que estão enraizadas nas experiências de um indivíduo. Portanto esse componente subjetivo torna o conhecimento tácito de difícil visualização e formalização, dificultando sua transmissão e compartilhamento com outros indivíduos. Sob esse conceito, a informação passa a ser a base para a aplicação do conhecimento.

Com o avanço da indústria da informática surge a possibilidade do armazenamento e da transmissão das informações, que, atualmente, com a tecnologia da informação, tem-se como obter sistemas de informações eficazes que possibilitam disponibilizar a informação a um custo minimizado, com segurança e em tempo hábil para as tomadas de decisões.

Portanto, partindo-se do pressuposto de que a informação está disponível, sempre a um baixo custo, a maneira pela qual cada agente irá utilizá-la, aplicando seu conhecimento tácito e, por consequência, transformá-la em conhecimento, é onde reside a diferença para a economia global competitiva.

Conclui-se que o conhecimento tácito é ação: maneira pela qual o indivíduo age em determinada situação, vista e compreendida por meio das informações disponíveis. Consiste, portanto, no processo no qual o indivíduo, por meio dos conhecimentos adquiridos formalmente, somados a sua visão do mundo, que é impactada por seu sistema de crença e valores e experiências adquiridas, trabalha e utiliza a informação, agregando valor, ou seja; transformando o seu conhecimento em tecnologia, produto e serviços, sobressaindo-se de alguma forma.

Por isso, o controle do conhecimento e dos meios de comunicação das informações passa a ser a grande vantagem competitiva na sociedade sustentada no conhecimento, como tão bem Toffer (*apud* ANTUNES, 1999, p. 12) observa: “O conhecimento passou de auxiliar do poder monetário e da força física a sua própria essência e é por isso que a batalha pelo controle do conhecimento e pelos meios de comunicação está se acirrando no mundo inteiro. [...] o conhecimento é o substituto definitivo de outros recursos.”

As grandes mudanças econômicas, tecnológicas, políticas e sociais, experimentadas a partir da década de 1960, produziram alterações substanciais na estrutura e valores das sociedades.

Quando Peter Drucker (*apud* ANTUNES, 1999, p. 10) escreveu *Uma era de descontinuidade* (1969), já demonstrava a percepção das tendências do que o levariam a intitular: A Sociedade do Conhecimento. Drucker, na ocasião, apontava descontinuidade em quatro áreas (Novas Tecnologias, Globalização do Mercado, Sociedade e Nação Pluralistas e Conhecimento, tornando-se o Capital Principal, o centro de custo e o recurso crucial da economia.).

Essas tendências percebidas por Drucker há quase quatro décadas são a grande realidade deste início de século, conforme demonstrado pelo grande número de renomados autores, estudiosos do assunto, como Alvin Tofeler, Richard Crawford, Lester Thuross, James Brian Quinn, Robert Reich, entre outros. Cada um, a seu modo, reconhece, denomina e justifica a sociedade atual, assumindo o seu grande diferencial: O Conhecimento. (ANTUNES, 1999, p. 10).

Pode-se ressaltar a importância dessa transformação, no momento em que, agregado aos fatores de produção (terra, capital e trabalho), surgiu este novo fator interativo: conhecimento como um fator de produção.

Corroborando essa afirmativa Stewart (1998, p. 107),

Drucker cunhou de fato o termo “Trabalhador do Saber” no final dos anos 1950. Damos conta de que o conceito já tem 40 anos e argumentou, consistentemente, ao longo do tempo, que as Empresas não haviam aumentado a produtividade dos seus trabalhadores do conhecimento, apesar de terem feito disparar a produtividade do trabalho industrial.

Eu, então, pus-me a olhar para uma série de áreas da vida econômica relacionadas, e o que via era óbvio: o cada vez maior conteúdo em saber dos produtos correntes do dia-a-dia, a importância crescente do conhecimento na cadeia de valor, a viragem nos investimentos empresariais dos equipamentos fabris habituais para os baseados em informação e comunicação, a mudança no mercado de trabalho. A minha conclusão não se fez esperar: o conhecimento estava no que comprávamos e vendíamos, e era o mais importante processo nos negócios.

Os ativos que criavam e manipulavam o saber, ou seja, os próprios seres humanos, os sistemas e as estruturas, e as relações com clientes e consumidores eram os mais importantes, apesar de raramente surgirem no Balanço e contas da Empresa.

Aceitando o conhecimento como um fator de produção, pretende-se, neste breve estudo, focar os impactos que as mudanças estão ocasionando nas Organizações e a dificuldade da mensuração do Capital Intelectual para a Ciência Contábil.

## 2.1 CONHECIMENTO COMO RECURSO ECONÔMICO

A capacidade de adquirir e desenvolver conhecimento inerente ao ser humano diferencia o recurso econômico dos demais recursos dos fatores de produção. Em primeiro lugar, esse recurso é ilimitado, uma vez que a pessoa aprimora os seus conhecimentos à medida que os desenvolve, diferenciado dos recursos naturais, que se esgotam com o tempo e que são básicos na sustentação da Sociedade Industrial. Em segundo lugar, contribui para a utilização racional do consumo dos recursos, à medida que é empregado no aperfeiçoamento de técnicas existentes. Além disso, está diretamente associado ao desenvolvimento de novas tecnologias e é propagado e utilizado para gerar progresso quando empregado no sentido *stricto* e materializado sob forma de produtos, serviços ou tecnologias. Por fim, está distribuído pelo mundo, descentralizando a riqueza, pois sempre estará nas mãos daqueles que souberem como criar, mobilizar e organizar o conhecimento, diferente da época industrial, quando a riqueza pertencia a quem detivesse os recursos naturais e o capital.

As características apontadas levam a outro aspecto de suma importância e de difícil consenso: Como mensurar economicamente o conhecimento? Aos recursos de terra, capital e trabalho, com bastante objetividade, podem-se atribuir valores econômicos. Porém, esse novo recurso “conhecimento”, por sua característica subjetiva (intangível), torna-se extremamente dificultosa a atribuição de um valor monetário, criando um enorme desafio técnico e científico. Conforme já evidenciado, o conhecimento agrega valor; portanto, o grande problema do momento é: Como mensurar esse valor?

Assim, pode-se concluir que o conhecimento vem se somar aos recursos básicos (fatores de produção), indispensáveis para o desenvolvimento contínuo da economia. Não como um substituto, mas sim como um agente interativo básico para o atual processo de mudança da situação econômica global.

## 2.2 O IMPACTO DA TECNOLOGIA NAS ORGANIZAÇÕES

Com a evolução da economia devido às quebras constantes das barreiras comerciais, o mercado se tornou globalizado. As organizações entraram em um mercado altamente competitivo, com clientes exigentes, obrigando-as a imprimir grande velocidade na cadeia de valores para obtenção de produtos, a fim de satisfazer as necessidades do mercado ou gerar novas necessidades, em espaço de tempo cada vez menor. Essa competição é uma constante ameaça às posições consolidadas pelas empresas em décadas passadas, tornando vital a aplicação de conhecimento e *know-how* tecnológico à sua sobrevivência e, conseqüentemente, à sua adaptação às exigências desse novo mercado e dessa nova situação econômica.

Ao se analisar o processo de globalização da economia, verifica-se que esse fenômeno se originou do avanço da tecnologia da informação e das telecomunicações, produzindo um impacto de profunda mudança no ambiente externo às organizações, em termos geográficos e produtivos.

Brooking (1996, p. 1), ao analisar quais os efeitos que a tecnologia da informação e das telecomunicações provocou de mudança nas Organizações atuais, concluiu que a necessidade de uma força de trabalho depende da vivacidade e da tecnologia, levando empresas à aplicação de métodos e habilidades divergentes dos até então utilizados para alcançarem seus consumidores e abastecê-los de bens e serviços.

A referida autora aponta os seguintes aspectos como causas subjacentes do desenvolvimento de novos métodos e habilidades indispensáveis para a continuidade dos negócios: (*apud* ANTUNES, 1999, p. 53).

**Criação de novos serviços:** a tecnologia da informação, além de substituir métodos manuais de trabalho, propiciou a criação de novos serviços anteriormente impossíveis de serem executados. Exemplificando: serviços de cartão de crédito, reservas de vôo, etc.

**Mudança no conceito de espaço físico e de mercado:** a não necessidade de concentração dos empregados fisicamente para a realização do trabalho, acessando os clientes, gerentes e fornecedores via *information highway*. Exemplificando: mercado virtual da internet.

**Valorização da marca:** devido à globalização do mercado, as Empresas necessitam de um símbolo que o cliente associe a seus produtos ou serviços, independente do local (região) onde estiver. Exemplificando: IBM, Coca-Cola, Gillette, Dupon, etc.

**Merchandising de intangíveis:** o valor da comercialização do produto intangível associado ao produto tangível pode ultrapassar, em muito, este último. Exemplificação: Amazon.com

**Patente de tecnologia:** empresas que investem no desenvolvimento de novas tecnologias necessitam patenteá-las, a fim de possibilitar a avaliação real da própria Empresa.

Conforme essas observações, pode-se perceber que a capacidade de adaptação das Empresas às mudanças está mais diretamente relacionada à administração dos recursos intelectuais do que à coordenação do esforço físico dos empregados envolvidos com a produção, manuseando os ativos tangíveis. Isso porque a própria automação, produto do conhecimento humano, dispensa essa tarefa, agregando, portanto, mais ou menos valor ao produto, recurso do intelecto do seu quadro de funcionários, resultando daí os ganhos ou perdas das organizações.

Conforme analisado nessas breves considerações, essa realidade traz um grande desafio para a Contabilidade: o de como mensurar o valor das organizações, fato que vem impactar diretamente o poder informativo dos relatórios contábeis.

### 2.3 A CONTABILIDADE NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Partindo da abordagem sistêmica, em que as organizações são entendidas como organismos vivos, ou seja, vários subsistemas interagindo entre si e trocando relações com o

ambiente externo, na mútua troca de materiais, tecnologias de informação e conhecimentos, tem-se na Contabilidade o elo entre os subsistemas internos da organização e a interação com o meio externo.

Portanto, a Contabilidade deve atender tanto as necessidades de informações de seus usuários internos quanto as dos seus usuários externos, tais como governo, sindicatos, empregados, sociedade, entre outros.

A Contabilidade alcançará esse objetivo por meio de estudo, registro e controle do patrimônio, e das mutações que nele ocorrerem para demonstrar o resultado obtido e a situação econômico-financeira da empresa.

Nesse contexto, é importante inserir a evolução do conhecimento contábil em função das mudanças na sociedade. Para isso, utilizou-se o quadro evolutivo do conhecimento (Quadro 1) a partir das quatro sociedades apontadas por Crawford (1994).

### Quadro 1

#### Quadro Evolutivo do Conhecimento

<b>Sociedade Primitiva</b>
Cenário Mundial: economia baseada na agricultura e pecuária, individual ou restrita a pequenos grupos.
Reflexos na Contabilidade: nenhum, apenas a contagem física dos bens (inventário periódico)
<b>Sociedade Agrícola</b>
Cenário Mundial: economia baseada na agricultura; método de produção artesanal; início das relações comerciais com o advento das descobertas marítimas; formação de sociedades comerciais denominadas Comandita.
Reflexos na Contabilidade: necessidade de controle mais apurado em virtude das expedições marítimas; investimentos contabilizados no início das expedições e resultado apurado após venda das mercadorias para atender às necessidades dos sócios e do Estado, para controle dos impostos.
<b>Sociedade Industrial</b>
Cenário Mundial: economia baseada no capital e no trabalho; mecanização do trabalho e produção em série; formação de grandes empresas na área industrial e na prestação de serviços; obrigatoriedade de pagamento de impostos para pessoas físicas e jurídicas; administração científica; as duas grandes guerras mundiais;
Reflexos na Contabilidade: Sistema de Informações Contábeis; Sistema de Informações Gerenciais; divulgação de relatórios para atender aos acionistas, gerentes e governo; auditoria externa; separação dos custos da produção; reconhecimento sistemático da depreciação; organização formal de institutos e órgãos contábeis; realização do orçamento governamental e formas de controle e divulgação; mensuração de custos, produtos e <i>performance</i> gerencial. Primeiro trabalho sistemático abordando o Goodwill.



<b>Sociedade do Conhecimento</b>
Cenário Mundial: economia globalizada; recurso do conhecimento; informatização da produção e do trabalho, difusão da tecnologia da informação e das telecomunicações.
Reflexos na Contabilidade: harmonização das normas internacionais de contabilidade; sistema de informações contábeis para decisões estratégicas; novas formas de mensuração do valor da empresa.

Fonte: CRAWFORD, 1994.

## 2.4 O REFLEXO DO RECURSO DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO NA CONTABILIDADE

A Contabilidade tradicional vem tratando os diversos recursos econômicos disponíveis como Ativos, evidenciando seus valores em relatórios. Porém, os recursos do conhecimento adquiridos ou desenvolvidos na Empresa são, quase sempre, ignorados em seus registros e evidenciações.

De acordo com o índice mundial de Morgan Stanley (*apud* EDVINSSON; MALONE, 1998, p. 5), o valor médio das empresas nas Bolsas de Valores do mundo é duas vezes o seu valor contábil; e, nos Estados Unidos, o valor de mercado de uma empresa varia normalmente de duas a nove vezes o seu valor contábil.

A IBM adquiriu a Lotus por 3 bilhões de dólares, embora o seu valor contábil fosse de apenas 250 milhões de dólares. O patrimônio da Netscape se aproxima de 20 milhões de dólares, mas na abertura de seu capital o mercado lhe atribuiu o valor de 3 bilhões de dólares.

Constata-se que, além dos exemplos anteriormente mencionados, várias são as afirmações, de que o valor das empresas no mercado (negociações em Bolsa de Valores) está, na maioria das vezes, acima do valor contábil, apontando certa falha da Contabilidade na mensuração do valor patrimonial das empresas.

Autores como Edvinsson e Malone (1998), bem como outros estudiosos da Contabilidade, vêm justificando a diferença entre esses valores (valor patrimonial das ações para o seu valor de mercado) pela introdução de novos valores subjetivos concentrado na denominação de Capital Intelectual.

Iudícibus (1998), ao questionar o que de fato se mensura em Contabilidade (se custo ou valor), resume, de forma bem objetiva, a complexidade envolvida nessa questão, e também o quanto ela é conhecida e reconhecida pela classe contábil. Segundo o referido autor:

Mais importante, em toda a discussão, é que o Contador, bem ou mal, conservadoramente ou agressivamente, numa fase outra da evolução, conforme se trate de Contabilidade Financeira ou Gerencial tem a coragem de atribuir mensuração aos elementos do ativo, passivo e PL, bem como os fluxos de renda e caixa. É, sem dúvida, a profissão mais arrojada, pois pretende traduzir em demonstrações contábeis, em números, notas explicativas e poucas evidenciações outras, uma realidade tão complexa quanto a da entidade. Por isso é tão criticada, pois não consegue agradar, nem os tradicionalistas, muito menos aos que desejariam que o balanço retratasse o valor da entidade na data, algo que um eventual comprador consideraria, se quisesse adquiri-la, [...] Quanto mais evoluirmos em nossa ciência, mais nos afastaremos do custo e mais nos aproximaremos do valor, se, provavelmente, nunca alcançá-lo. (IUDÍCIBUS, 1998, p. 60).

Ao considerar tais aspectos, deve-se levar em consideração os efeitos decorrentes dos fatores que compõem o Capital Intelectual (intangível), que influenciam o valor de mercado dos fatores e a sua capacidade de geração de fluxos de lucros futuros.

Portanto, a Contabilidade deve acompanhar a evolução da sociedade dentro dessa nova realidade, fornecendo informações que auxiliem na forma de mensuração, não só dos custos, dos produtos e da *performance* gerencial, mas acima de tudo, na mensuração do patrimônio tangível e intangível que reflita o real valor das Empresas.

## 2.5 BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS CONCEITOS DO CAPITAL INTELECTUAL

Embora vários renomados autores, principalmente Peter Drucker, terem discorrido sobre como o Recurso do Conhecimento impactou mudanças nas sociedades de décadas atrás, tem-se informações que a primeira matéria abordando o conceito de capital intelectual foi editada por Thomas Stewart, na revista *Fortune* (1994) com o título, “Your Company’s Most Valuable Asset: Intellectual Capital”. (ANTUNES, 1999, p. 99).

Partindo dessa matéria, muitos estudiosos começaram a produzir artigos acadêmicos sobre o assunto, inclusive abordando experiências realizadas por algumas Companhias de tentativas de mensuração de seu Capital Intelectual, entre elas a Skandia AFS, primeira organização a divulgar um relatório suplementar às demonstrações contábeis, incluindo o capital Intelectual, cujo principal executivo para esse assunto é Leif Edvinsson, conforme modelo retratado por Antunes em sua dissertação *Contribuição ao Entendimento e Mensuração do Capital Intelectual*, publicada em 1999.

Conforme Antunes (1999, p. 100), o que se verificou em maior abundância foram estudos desenvolvidos em torno de um dos elementos que compõem o Capital Intelectual: O Capital Humano. Ao longo da história, alguns economistas, a partir do século XV, já se

esforçavam no sentido de encontrar uma maneira de mensurar monetariamente o ser humano. Os objetivos dessas pesquisas tinham cunho econômico, como por exemplo, estimar perdas com as guerras e as migrações.

Kwasnicka (1981, p. 17 *apud* ANTUNES, 1999, p. 100) em pesquisa sobre o impacto da contabilização dos recursos humanos em uma organização, traçou uma retrospectiva histórica sobre a evolução do entendimento do ser humano como capital. Segundo a visão dos economistas, pesquisadores do assunto, o ser humano é considerado capital por se possuidor da capacidade de gerar bens e serviços por meio da sua força de trabalho e do seu conhecimento, constituindo-se, portanto, em importantes fontes de acumulação e de crescimento econômico.

## 2.6 CONCEITOS DE CAPITAL INTELECTUAL

Ao longo do século XX, economistas e contadores realizaram muitos trabalhos envolvendo o tema, de modo geral ou específico, tratando a contabilização dos recursos humanos como um ativo intangível, se considerado o agente, mas ainda encontrando resistência na contabilidade tradicional de ser visto como tal, devido à entidade:

- Não possuir sua posse e propriedade
- Não possuir seu controle e,
- A complexidade de atribuir-se valor.

Dessa forma a Contabilidade depara-se com uma dificuldade. A qual representa um grande desafio que precisa por ela ser solucionado, utilizando-se de pesquisas e experiências práticas. Esse desafio é o de atribuir valor ao capital intelectual que se faz presente em todas as organizações. Além de tornar-se necessário evidenciar o retorno proporcionado por esse recurso (capital intelectual).

O reconhecimento desse recurso humano (capital intelectual), presente em todos os tipos de organização, como ativos humanos capazes de produzirem benefícios futuros para a organização empresarial, tornar-se vital para identificar a parcela de contribuição que eles tem no resultado presente e futuro das empresas.

“Capital intelectual é uma combinação de ativos intangíveis, frutos das mudanças nas áreas da tecnologia da informação, mídia e comunicação, que trazem benefícios intangíveis

para as empresas e que capacitam o funcionamento das mesmas” (BROOKING; 1996:12-13), dividido em quatro categorias:

Ativo de mercado (*market assets*)

Potencial da empresa com os seus intangíveis relacionados com o mercado: marca, clientes. Lealdade dos clientes. Negócios recorrentes, negócios em andamento (*backlog*), cabais de distribuição, franquias, etc.

Ativos humanos (*human-centred assets*)

Benefícios que o indivíduo pode proporcionar a organização: expertise, criatividade, conhecimento, habilidade para resolver problemas, visto de forma coletiva e dinâmica.

Ativos de propriedade intelectual (*intellectual property assets*), são aqueles que necessitam de proteção legal, para proporcionar benefícios futuros para a organização: *Know-how*, segredos industriais, *copyright*, patentes, *designs*, etc.

Ativos de infra-estrutura (*infrastructures assets*), incluem tecnologias, metodologias e processos empregados como cultura, sistema de informações, métodos gerenciais, aceitação de riscos, banco de dados de clientes, etc.

Edvinsson e Malone (1998, p. 9) utilizam a linguagem metafórica, comparando a empresa à figura de uma árvore, considerando a parte visível (tronco, folhas e galhos) ao que está registrados nos organogramas, nas demonstrações contábeis; e a parte invisível - abaixo da superfície (sistemas de raízes) – ao Capital Intelectual, que são fatores dinâmicos ocultos que embasam a empresa visível formada por edifícios e produtos.

Divide em três categorias os fatores ocultos, a saber:

Capital humano, relacionado ao conhecimento, *expertise*, pode de inovação e habilidade dos empregados mais os valores, a cultura e a filosofia da empresa.

Capital estrutural, que inclui equipamentos de informática, softwares, banco de dados, patentes, marcas registradas e tudo o mais que apoia a produtividade dos empregados.

Capital de clientes, que envolve o relacionamento com clientes (tudo que agrega valor para os clientes da organização).

### 3 CONCLUSÃO

Iniciou-se este estudo apresentando a crescente importância que o Goodwill vem assumindo no contexto atual, e a necessidade de harmonizar o seu tratamento contábil às

combinações de negócios. Para tanto, existe a necessidade de identificar a sua natureza, mensuração e principais características.

Tendo em vista esse objetivo, inicialmente elaborou-se um item denominado “compreensão do Goodwill ao longo do tempo”, objetivando evidenciar que seu estudo data do século XV. Posteriormente, foi apresentada a sua definição, natureza e mensuração.

A partir de então, foram descritas as principais normas referentes ao tratamento contábil do Goodwill de acordo com as normas brasileiras, internacionais e norte-americanas, as quais foram estabelecidas pelas entidades responsáveis pelo desenvolvimento de padrões de contabilidade no âmbito de suas respectivas competências.

Também foi apresentado um item tratando do Goodwill subjetivo, em que foram apresentados os principais esforços despendidos por estudiosos no intuito de mensurá-lo corretamente.

Diante dessas constatações, foi possível estabelecer as principais características do Goodwill e verificar o tratamento contábil adotado no Brasil, nas normas internacionais e norte-americanas, bem como possibilitar ao leitor a identificação das principais dificuldades que surgem na conversão das demonstrações contábeis no âmbito de competência das normas estudadas.

Finalmente, constatou-se que o tratamento contábil do Goodwill continua a ser um assunto significativo e controvertido, por isso a contabilização de intangíveis, em especial o Goodwill, provavelmente será um assunto cuja importância aumentará com o passar dos anos, sendo necessárias novas pesquisas e experimentações com o objetivo de solucionar os problemas e dificuldades que estão surgindo em função dos novos tempos.

## THE IMPORTANCE OF INTELLECTUAL CAPITAL IN THE KNOWLEDGE SOCIETY

**Abstract:** When analyzing the development of the process of economic globalization, there is a clear evidence of a transition to a sustainable knowledge society. Emerges from this process a new management concept, called Intellectual Capital. Acceptance of knowledge as an economic resource that creates a problem is to measure this asset value as human beings and more than that and keep him in the entity that this value will be part of the generation of future benefits, which will change the assets of entities. This article aims to contribute to the

disclosure of the definition, nature and measurement of intellectual capital. It was found that the accounting treatment of goodwill remains a significant and controversial subject, so the accounting for intangibles, especially goodwill, will likely be a subject which will grow over the years and requires further research and experimentation with In order to solve the problems and difficulties that are emerging in the light of changing times.

**Keyword:** Intellectual Capital. Intangible Assets. Knowledge Society.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T. P. **Contribuição ao entendimento e mensuração do capital intelectual**. 1999. 186 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BEDFORD, N. M. Goodwill. In: **Handbook of modern accounting**. New York: McGraw-Hill Book, 1970.

BRADLEY, K. **Intellectual capital and new wealth of nations**. 1996. (Conferência proferida na Royal Society of Arts, em Londres, em 24 de outubro de 1996).

BROOKING, A. **Intellectual capital: core asset for the third millennium enterprise**. Boston: Thompson, 1996.

CANNING, J. B. **The economics of accountancy**. New York: The Ronald Press, 1929.

CARREGARO, A. **Fundo de comércio**. Disponível em:  
<<http://www.inpecon.com.br/goodwill.htm>>. Acesso em: 29 nov. 2001.

CARVALHOSA, M. **Comentário à Lei de Sociedades Anônimas**. São Paulo: Saraiva, 1998. Volume 4, tomo II.

CATLETT, G. R.; OLSON, N. O. Accounting for goodwill. **Accounting Research Study**, New York: American Institute of Certified Public Accountants, n. 10, 1968.

CHAMBERS, R. J. **Accounting, evaluation and economic behavior**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

CRAWFORD, R. **Na era do capital humano**. São Paulo: Atlas, 1994.

DICKSEE, L. R. Goodwill and its treatment in accounts. **The Accountant**, Londres, n. 9, 1897.

EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. **Capital intelectual**. São Paulo: Makron Books, 1998.

HARIED, A. A.; IMDIEKE, L. F.; SMITH, R. F. **Advanced accounting**. 6. ed. New York: Wiley, 1994.

HATFIELD, H. R. **Accounting; its principles and problems**. New York: D. Appleton, 1927.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDÁ, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HERMANSON, R. H.; EDWARDS, J. D. **Financial accounting**. 5.ed. Boston : Irwin, 1992.

HICKS, J. R. **Value and capital**. 2. ed. London: Oxford University Press, 1946.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. Conhecimento, ciência, metodologias científicas e contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 27, n. 110, p. 60-63, mar./abr. 1998.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A estratégia em ação: Balanced Scorecard**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MARTINS, E. Contribuição à avaliação do ativo intangível. 1972. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MOST, K. S. **Accounting theory**. Columbus: Grid, 1977.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PATON, W. A. **Accounting theory**. Chicago: Accounting Studies Press, 1962.

PREINREICH, G. A. D. The law of Goodwill. **Accounting Review**, dez. 1936.

RADEBAUGH, L. H. **International accounting and multinational enterprise**. 4. ed. New York: Wiley, 1997.

SALIERS, E. A. **Accountant's handbook**. Nova York: The Ronald Press, 1923.

SOLOMONS, D. The FASB's conceptual framework: an evaluation. **Journal of Accountancy**, American Institute of CPAs, jun. 1986.

STEWART, T. A. **Capital intelectual, intellectual capital**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

WEBSTER, **Online dictionary**. Disponível em: <<http://www.websters-online-dictionary.org/>>. Acesso em: 6 out. 2009.